

As Mulheres desafiam o Guião

Clara Sarmento ¹

GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 (Coleção “Estudos e Investigações”, 24).
PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo: O Estado Novo e as Mulheres, A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

De acordo com o pensamento de Edward Said, o poder de narrar ou de proibir alguém de o fazer, a apropriação da cultura pelo poder, constitui uma das maiores ligações entre o discurso da História e o imperialismo. Na História de Portugal – como em tantas outras – silenciaram-se sistematicamente as narrativas e as vozes das mulheres; dos povos e das culturas colonizados; das vítimas e testemunhas da censura, da perseguição política e da guerra colonial. Pelo que, em qualquer abordagem a um grupo ou fenómeno social, há que distinguir claramente entre representações e realidades vividas.

Os discursos acerca de raça, género, religião, minorias – a forma como as suas diferenças e características são definidas, comentadas e representadas – (re)criam e determinam a forma como os indivíduos vivem as suas vidas. Se encararmos a cultura enquanto produção e circulação de significados, então é na cultura e suas práticas e representações que se formam os discursos através dos quais um grupo social (ou género) legitima o seu poder sobre outro grupo. Mas é também nessa cultura, suas práticas e representações, mitos e lugares-comuns, que o poder e seus discursos podem ser – e são – contestados e desafiados.

A mulher portuguesa teve de atravessar um processo de emancipação extremamente lento, numa sociedade patriarcal que funcionou como base do regime de Salazar. Na Constituição de 1933, o direito de voto nas eleições nacionais só foi atribuído a mulheres com o ensino secundário ou superior. Em 1968, nas eleições municipais, ainda votavam apenas os chefes de família, figura legal que só seria extinta uma década mais tarde. Foi apenas com a Revolução de 1974 e a sequente Constituição de 1976 que o direito de voto se estendeu a todos os cidadãos portugueses, em igualdade.

A questão da instrução feminina tinha sido já reconhecida por alguns sectores mais avançados da sociedade portuguesa da primeira metade do século XX, como um factor de progresso social. Todavia, tinha apenas em conta a função tradicional da mulher enquanto educadora e responsável pela formação da primeira infância. Não se tratava, por conseguinte, de favorecer a emancipação feminina ou de assegurar à mulher os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro, mas tão-só habilitá-la para o cumprimento da missão de mãe de família. As mulheres republicanas, por exemplo, pretendiam definir uma função colectiva

para a mulher dentro da estrutura existente. Em troca, exigiam que as mães do presentes e do futuro fossem tratadas com dignidade e convenientemente preparadas para servir o país da única forma que lhes era permitida. Assim, aceitaram sem grande contestação que lhes fosse negado o direito de voto, em 1913. A subalternização estrutural da mulher reflectiu-se também no panorama literário, onde foi longamente visível a desvalorização (até em termos legais) da mulher enquanto autora, simbolizada no carácter “feminino” da tradução, tropismo historicamente persistente e relacionado com a distinção entre actividades produtivas e reprodutivas.

Porém, a História das mulheres portuguesas nem sempre seguiu o guião escrito pelos agentes da subalternização. O ensino e o sucesso escolar feminino, por exemplo, aumentaram ao longo dos anos, sendo o Estado Novo incapaz de impedir a ascensão intelectual e a mobilidade social das mulheres e de manter de forma sistemática a segregação no acesso à escolaridade. Em 1960, a frequência liceal era já maioritariamente feminina, crescendo em simultâneo a feminização no ensino superior. O trabalho feminino fora do lar, especialmente no sector secundário, foi outra das grandes preocupações da ideologia e das organizações femininas oficiais do Estado Novo. Contudo, este discurso e suas estratégias de acção esbarraram sempre com a realidade de um número cada vez maior de mulheres a trabalhar fora de casa, na indústria, na agricultura e em todas as actividades afectadas pelas vagas massivas da emigração portuguesa do século XX.

As histórias de vidas quotidianas, como as das mulheres portuguesas durante o Estado Novo, desempenham um papel preponderante nos actuais estudos históricos, culturais e de género. Nas práticas do quotidiano podemos encontrar pistas da emancipação, autonomia, resistência, colaboração ou conformismo, por parte de indivíduos isolados ou de grupos mais ou menos organizados. Os diferentes textos e discursos por eles produzidos ocupam espaços e papéis mutáveis dentro de uma sociedade. A sua evolução é claramente ilustrada pelas variações temporais e intra/interculturais verificadas no estatuto desses textos e discursos. Em contextos historicamente próximos, porém com objectos, métodos e propósitos distintos, Vanda Gorjão e Irene Flunser Pimentel estão cientes do prisma interdisciplinar e do alargamento temático proporcionado pelos estudos de género, com suas implicações teóricas e metodológicas, crítica epistemológica e desafio à hegemonia existente no discurso académico e científico.

A obra de Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*, resultado da tese de mestrado da autora, expõe e analisa a forma peculiar como o movimento de oposição ao Estado Novo português contou com um singular protagonismo feminino, tanto nas actividades humanitárias, pacifistas e feministas, como na acção política propriamente dita. As histórias de vida de diversas mulheres da burguesia urbana ilustram as circunstâncias do despertar da sua consciência política e adesão ao movimento oposicionista, oferecendo ainda uma rara perspectiva pessoal sobre o modo como essas experiências influenciaram a sua vida quotidiana².

Mulheres em Tempos Sombrios releva com notável pertinência o papel daquilo que podemos designar por “circunstâncias favoráveis”, ou seja, o contexto social, cultural,

económico e familiar como factor de emancipação – ou de subordinação – e de *empowerment* político-social. Porque aqui radica a distância que ainda hoje persiste entre acção e indiferença (forçada ou voluntária, por medo ou por desconhecimento “sombrio”), entre legislação e práticas reais, entre liberdade e opressão.

Contudo, é a própria autora quem distingue logo na Introdução os diversos tipos de oposição conduzida por mulheres, em função de factores de pertença social e económica: “[c]amponesas e operárias fizeram protestos, greves, marchas de fome, juntaram-se em concentrações (frequentemente levando os filhos) contra a falta de géneros, o racionamento do pão, ou exigindo aumentos de salários. Nos bastidores da clandestinidade comunista, as ‘companheiras’ asseguraram a fachada da normalidade da vida familiar, numa partilha de responsabilidades políticas com os ‘camaradas’ que actuavam no exterior. Deixei de lado essa face anónima da oposição feminina e resolvi tomar por objecto um outro tipo de oposição que podemos designar por oposição de elites” (19-20).

Contextualizada *à-priori* no meio privilegiado e restrito da burguesia e das classes médias urbanas, esta “oposição feminina” integra-se no vasto leque dos posicionamentos ideológicos liberal, republicano, socialista, comunista, anarco-sindicalista, feminista, pacifista, maçónico e católico progressista. São mulheres individualmente notáveis, profissionais reputadas, organizadas, visíveis no espaço público, respeitadas entre os seus pares, tantas vezes presas e exiladas. Após a Revolução, muitas prosseguiram a sua luta, já no quadro do processo de transição democrática.

A análise incide no período que vai desde a reorganização da oposição no pós-guerra até à candidatura gorada de Humberto Delgado e ao recrudescer da repressão e da censura, em vésperas da guerra colonial, sem descurar ligações cronológicas à primeira República ou ao pós-25 de Abril. Ironicamente, na organização da obra, a autora não escapa a fazer coincidir a actividade política e de resistência destas mulheres notáveis com os ciclos normalizados da vida doméstica e familiar: “esse intervalo de tempo foi uma espécie de eixo cardinal tanto nas temporalidades da história do Estado Novo como no ciclo de vida da maioria das mulheres consideradas: coincidiu com o fim da juventude e a fase crucial da vida adulta, em que se casa, se tem filhos e se define os parâmetros de uma carreira profissional” (25).

Seria agora do maior interesse recolher e estudar as vozes das camponesas, operárias e companheiras ainda anónimas, oposicionistas isoladas, de meios sociais desfavorecidos, que nas cadeias sofriam a violência com peso acrescido ou o desprezo e a tortura psicológica durante as visitas aos “seus” prisioneiros (238), para em pleno realizar-se o objectivo que distingue esta obra de elevada qualidade científica e verdadeira utilidade social: “[r]ecuperar as memórias de mulheres cujo protagonismo na oposição ao Estado Novo foi praticamente esquecido pela memória oficial, que a historiografia desconsiderou e que a passagem do tempo veio encobrir” (23).

A experiência individual localiza-se dentro de uma determinada sociedade e de um certo tempo, moldada pelo meio e pelas relações com os demais. A identidade do indivíduo provém da auto e da hetero-imagem, da interacção, não só numa base singular mas também na esfera de instituições sociais omnipresentes como a família, o trabalho, a igreja e a escola.

A possibilidade de acção, escolha e auto-determinação é sempre constrangida pelas estruturas sociais, numa grande variedade de formas complexas. Podemos falar aqui de construtivismo social, de identidades aprendidas e sujeitas, de acordo com Louis Althusser, à ideologia existente nos poderosos lugares-comuns do quotidiano, no chamado senso-comum, em paralelo com os sistemas de pensamento religioso, político e doutrinário, actuantes tanto ao nível do inconsciente quanto do consciente.

Na lógica binária do pensamento, cada identidade depende da existência de um oposto para ter significado, do “bem” *versus* “mal”, do “certo” *versus* “errado”, da norma e do desvio. Pois identidade e diferença implicam invariavelmente inclusão e exclusão e os seus marcadores simbólicos têm efeitos muito reais na experiência quotidiana das pessoas e na penalização dos desvios aos padrões vigentes. As identidades com as quais o indivíduo se identifica ou é identificado não são neutras, o próprio acto de nomear, de categorizar, de conferir uma identidade, é um acto de poder, mesmo que mitigado. Mas as identidades são relacionais e contingentes, e não permanentes ou fixas, dependem daquilo por oposição ao qual se definem e mudam ao longo dos tempos e dos espaços.

Na sua *História das Organizações Femininas do Estado Novo: O Estado Novo e as Mulheres, A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*, Irene Flunser Pimentel estuda precisamente a construção da identidade feminina segundo o Estado Novo, a (re)educação das crianças, jovens e adultas em função do modelo paternalista, moralista e repressivo da ideologia vigente, enquadrando-as em rígidos padrões identitários e comportamentais.

Esta investigação pioneira, que também fundamentou a tese de mestrado da autora, pretende contribuir para “a caracterização do Estado Novo através do estudo da sua política específica relativamente às mulheres e das suas organizações femininas, criadas na segunda metade dos anos trinta, num período em que o regime já se encontrava institucionalizado e sofria um processo de ‘fascização’ devido ao início da guerra civil espanhola” (9).

O Estado Novo valorizava a mulher na esfera estritamente privada da família, como mãe, educadora e colaboradora-doutrinante do marido. A maternidade e o trabalho doméstico eram consideradas funções de utilidade social, num aparente discurso de valorização social da mulher. Na realidade, a sua esfera de actuação era restrita, não opcional, efectivamente desvalorizada e desprovida de poder. No pólo oposto do binómio identitário tolerado, encontrar-se-ia toda uma panóplia de feministas, sufragistas, comunistas, liberais, fúteis, imodestas, cépticas, desordenadas e individualistas.

A Mocidade Portuguesa Feminina tinha a seu cargo uma peculiar missão de formação social de pendor caritativo, com vista ao conhecimento consciencializado, com objectivos assistenciais, dos “pobres” ou “pobrezinhos” e das suas necessidades, segundo as representações elitistas e paternalistas do discurso oficial. Irene Flunser Pimentel compõe um panorama muito claro e abrangente do alcance dos resultados deste tipo de formação, que servia para transmitir os conceitos caritativos e corporativistas do Estado Novo, enquanto educava política e ideologicamente as suas filiadas. A obra ganha ainda maior valor quando chama a atenção para a premência de um discurso depurado de qualquer mal-entendido ideológico, visível nos próprios objectivos da Mocidade Feminina: homenagear a grandeza

da missão maternal; zelar não só pela formação intelectual e física das filiadas, mas também pela sua “formação do coração”; vincar que não pretende ser um veículo de assistência social, substituindo-se assim ao Estado, mas apenas utilizar essa assistência social como ferramenta para a melhor formação moral e social das filiadas.

A perspectiva lúcida e multifacetada desta excelente *História das Organizações Femininas do Estado Novo* permite-nos compreender as contradições e malogros da política de Salazar em relação às mulheres. Como no facto de o Estado Novo ter concedido a uma certa elite de mulheres, comprovadamente fiéis católicas, altamente doutrinadas e preferencialmente solteiras, o direito de votar e de serem eleitas, com o intuito de virem a dirigir as organizações femininas estatais. Ou na evidência de a Mocidade Portuguesa Feminina apenas se ter conseguido implantar no meio escolar essencialmente urbano, influenciando por isso as jovens das classes médias e alta do ensino secundário, e falhando o vastíssimo alvo das jovens universitárias, de meios rurais, operários e do sector terciário. Mais uma vez, e tal como na obra de Vanda Gorjão, uma questão de elites, desta feita do outro lado do binómio oposição/colaboração.

A universalidade dos discursos que compõem o texto da História contemporânea portuguesa é questionável pelo facto de exprimirem os valores e pontos de vista masculinos dominantes. Por isso, as histórias de vida, os estudos de caso e as entrevistas com mulheres de variadas faixas etárias, formações e proveniências sociais devem ser cada vez mais considerados como fontes sérias e valiosas, geradoras de estudos densos, aprofundados e compreensivos, como os de Vanda Gorjão e Irene Flunser Pimentel. As vozes silenciadas das mulheres, e as narrativas por si produzidas, recebem assim um novo papel e estatuto, numa interpretação histórico-cultural verdadeiramente moderna, crítica e interdisciplinar: as vozes do quotidiano oprimido, ao invés dos discursos da hegemonia; o espaço privado, face ao espaço público; ou seja, a narrativa da vida quotidiana, lida e descodificada no seu próprio contexto. As vozes e as histórias de vida de mulheres reais, com um nome e um rosto, criam espaços de empatia que conduzem a uma renovada e motivadora aproximação à História recente de Portugal.

Notas

¹ Professora Adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Línguas e Culturas. Doutorada em Cultura Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora e autora de diversos livros, ensaios e conferências, em Portugal e no estrangeiro, nas áreas da Literatura e Cultura Anglo-Americana, Literatura e Cultura Portuguesa, Etnografia, Estudos Culturais, Asiáticos e de Género.

² Nos diversos perfis traçados ao longo da obra, com grau variável de atenção, encontramos, por exemplo: Alda Nogueira, Beatriz Cal Brandão, Cândida Ribeiro Gaspar, Casina Bermudes, Cecília Feio, Elvira Cortesão, Francine Benoit, Guida Lamy, Helena Correia Guedes, Ilse Losa, Irene de Castro, Irene Cortesão, Irene Lisboa, Isabel Aboim Inglez, Isaura Borges Coelho, Josefina Simões, Letícia Clemente da Silva, Luísa Costa Dias, Luísa Dias Amado, Manuela Porto, Maria Archer, Maria Barroso, Maria Branca de Lemos, Maria das Dores Cabrita, Maria Emília Tito de Morais, Maria Estanco Louro, Maria Eugénia Varela Gomes, Maria Fernanda Silva, Maria Keil do Amaral, Maria Lamas, Maria da Luz Espírito Santo, Stella Piteira Santos, Valentina Trigo de Sousa, Virgínia Moura. Poderemos considerar estas mulheres como herdeiras, por exemplo, de Carolina Beatriz Ângelo, médica, republicana e feminista, a primeira mulher portuguesa a votar contra a lei, nas eleições constituintes de 1911, numa acção de profunda coragem e significado, que alarmou os homens no poder e os levou a acautelar futuras subversões.